



INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida e a baixa taxa de fecundidade estão fazendo com que haja um considerável aumento do número de idosos no Brasil. Segundo dados do IBGE, o último censo realizado no Brasil mostra que atualmente o Brasil ocupa o 16º lugar no ranking mundial de população idosa mundial, com 8% da população constituindo-se de idosos e estima-se que dentro de 20 anos nosso país ocupará o 6º lugar nesse ranking, ou seja, 13,8% da população.

Segundo dados do Ministério da Saúde, no início do século XX(1901), a expectativa de vida ao nascimento era de 37,5 anos; para um brasileiro nascido durante a 2ª guerra mundial era de 39 anos; no ano de 1950 a expectativa era de 43,2 anos; em 1960 era de 55,9 anos com um aumento de 12 anos em uma década; de 1960 a 1980 aumentou para 63,4 anos, aumentando 7,5 anos em duas décadas; de 1980 para 2000, houve um aumento de 5,1 anos, onde o brasileiro passou a ter expectativa de vida ao nascer, de 68,5 anos; de 2000 para 2025, haverá um aumento de 3,5 anos. A projeção demográfica da previdência social é de 1,1 trabalhador para 1 aposentado, atenuando-se muitos problemas na gestão das demandas deste grupo social.

Esse processo de envelhecimento acaba trazendo limitações ou deficiências, conforme as necessidades físicas, informativas e sociais do indivíduo. Essas necessidades atingem setores como a saúde, assistência social, trabalho, educação, turismo e lazer, que dependem principalmente de uma política nacional governamental. Especialmente quanto às demandas espaciais, a questão está longe do enfrentamento por parte da sociedade.

Nosso país possui leis como o Estatuto do Idoso, que assegura direitos e protege essa população. Também há em vigor no país as normas de funcionamento de casas de repouso, clínicas e demais instituições de atendimento ao idoso e ainda resoluções como a Resolução Federal Nº 283/2005/RDC/ANVISA, que regulamenta e define as normas de funcionamento para as instituições de longa permanência para idosos. Porém a nossa política

governamental não conta com estudos específicos que adaptem os ambientes às necessidades especiais que a população idosa apresenta.

É de conhecimento de todos que com o envelhecimento a pessoa se torna mais dependente, devido à diminuição de suas capacidades físicas e motoras. Como exemplo podemos citar a dificuldade com a visão, audição e locomoção. Fatores que acabam tornando cada vez mais difícil a execução das AVD (Atividades da Vida Diária). As AVD são as atividades que qualquer pessoa realiza ao longo do dia, como caminhar, alimentar-se, tomar medicações, higienizar-se, pentear os cabelos, escovar os dentes, colocar e retirar próteses, usar o toalete.

Esse conjunto de atividades também é conhecido como ADL (Activities of daily life). Podemos dizer que correspondem com a maior ou menor autonomia que um idoso poderá ter e as conseqüentes questões emocionais e da perda de auto-estima para o mesmo.

Todas as limitações que acabam aparecendo com o envelhecimento e também a falta de ambientes adequados às mesmas acabam ocasionando freqüentes acidentes domésticos. Fato que acaba tornando grande a procura por recursos médicos.

Por esses motivos muitos idosos acabam sendo levados a morar em instituições, locais nos quais os espaços são de certa maneira mais adequados e adaptados, é também onde podem contar com a ajuda de profissionais da área da saúde. Porém com essa mudança muitas vezes acabam perdendo a sua autonomia e ficando distantes de seus familiares. O que acaba gerando um quadro de depressão, fazendo com que seu estado físico também seja afetado.

É preciso que os espaços onde os idosos convivem sejam repensadas para que atendam as necessidades dos idosos à medida que os mesmos vão envelhecendo e perdendo suas capacidades.

O art. 2º de Estatuto do Idoso revela seu espírito, qual seja, o da proteção integral para que o idoso tenha todas as oportunidades e facilidades, para preservação da saúde física e mental e para o aperfeiçoamento moral, intelectual e social em condições de liberdade e dignidade.

O art. 3º do Estatuto determina que é obrigação da família, comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar, “com prioridade absoluta, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar”, significando essas palavras que sempre deverá prevalecer o interesse do idoso e o seu atendimento.

TEMA

Tendo em vista os fatos expostos anteriormente, especialmente o que foi mencionado quanto a espaços adequados e a vivência integrada na sociedade desenvolverei uma instituição de longa permanência para idosos que além de dar moradia, atendimento e segurança aos mesmos também ajude na sua inserção na sociedade e promova a sua convivência com os mais diversos grupos de pessoas possíveis. Para que isso seja possível esse conjunto não deverá ter um caráter apenas institucional, mas também residencial.

O local a ser implantado deverá ser em meio a uma localidade que esteja inserida num contexto urbano que contemple uma vida extra-instituição, ou seja, que ofereça uma vivência e até mesmo a possibilidade de realizar percursos pela cidade. Outro fator de extrema importância deverá ser a acessibilidade do local. Visto que como mostrado anteriormente, com o envelhecimento as pessoas acabam adquirindo uma série de restrições físicas, o que acaba dificultando sua locomoção e seu entendimento do espaço. Para garantir a acessibilidade e a segurança os ambientes serão pensados seguindo os princípios do Desenho Universal.

JUSTIFICATIVA

A proposta do trabalho surgiu da vontade de melhorar a vida da nossa população idosa, já que a mesma vem crescendo consideravelmente no país, o que acaba fazendo com que a procura por instituições que ofereçam maiores cuidados e abrigo para os mesmos cresça cada vez mais. Porém essas instituições têm demonstrado que ainda estão despreparadas para recebê-los. Visando suprir as carências apresentadas por essas instituições, principalmente nas de caráter público, no que diz respeito a qualidade espacial, privacidade e uma melhor qualidade de vida, surgiu a proposta desse trabalho. Que consiste em melhorar as condições de vida atuais, principalmente de idosos com um baixo poder aquisitivo. Para isso surgiu a proposta do Centro de Convivência e Abrigo para idosos em Florianópolis.

OBJETIVOS

OBJETIVO CENTRAL

Promover a socialização do idoso, melhorar suas condições de habitabilidade, aumentar sua autonomia, dando melhores condições de acessibilidade. Para isso será projetado um Centro de convivência e abrigo para Idosos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver projetos de unidades de abrigo para idosos dependentes e independentes.
- Desenvolver projetos de áreas comuns aos dois abrigos, promovendo o convívio entre ambos.
- Desenvolver áreas que levem o idoso a “utilizar a rua” e que chamem a população a utiliza-las, com o intuito de promover sua socialização e manter seu contato com a cidade.
- Utilizar os princípios do Desenho Universal nos projetos, tanto em seu interior quanto nas áreas externas.
- Desenvolver um projeto que obedeça as normas específicas para esse uso.
- Estudar quais os melhores materiais que poderão ser utilizados no projeto.
- Estudar mais tipologias habitacionais.

METODOLOGIA

Durante o desenvolvimento da proposta foram utilizados vários procedimentos metodológicos para a obtenção de um maior conhecimento do assunto e também para obter informações conceituais e dados práticos sobre o assunto. Abaixo apresento os métodos utilizados:

1. Assessoramentos:

o trabalho foi acompanhado pelo professor Ayrton Portilho Bueno durante o semestre de elaboração do mesmo, com assessoramentos semanais e em sua maior parte quinzenais. Sua colaboração foi muito importante para a uma melhor compreensão das etapas do trabalho e também das etapas de projeto.

2. Visitas:

durante o semestre foram realizadas duas visitas a instituições no município de Florianópolis, uma de caráter público e outra privada, como mostrarei posteriormente.

3. Pesquisas Bibliográficas:

a pesquisa bibliográfica foi parte essencial na construção deste trabalho, com ela pude aumentar meu conhecimento sobre o tema e tudo que está direta e indiretamente ligado a ele. Foram consultadas diversas teses de mestrado e doutorado das mais diversas áreas, fazendo com que o conhecimento adquirido não se limita somente a área da arquitetura. A consulta também foi feita através de sites, onde obtive conhecimento sobre instituições de diversos países. A etapa de pesquisa também abrangeu a área de legislações vigentes sobre o assunto, como por exemplo, o Estatuto do Idoso.